

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**FEIRA DA REFORMA AGRÁRIA E GERAÇÃO DE
RENDA PARA OS ASSENTADOS EM
PEDRAS ALTAS (RS)**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Jacir João Chies

Santa Maria, RS, Brasil.

2011

**FEIRA DA REFORMA AGRÁRIA E GERAÇÃO DE RENDA
PARA OS ASSENTADOS EM
PEDRAS ALTAS (RS)**

Jacir João Chies

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista

Orientador: Dr. José Antônio Costabeber

**Santa Maria, RS
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**FEIRA DA REFORMA AGRÁRIA E GERAÇÃO DE RENDA
PARA OS ASSENTADOS EM
PEDRAS ALTAS (RS)**

elaborada por
Jacir João Chies

como requisito parcial para obtenção do grau de
**Especialista em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo**

Comissão Examinadora:

José Antônio Costabeber, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Lia Rejane Silveira Reiniger, Dr^a., (UFSM)

Marlove Fatima Brião Muniz, Dr^a., (UFSM)

Pedro Selvino Neumann, Dr., (UFSM)

Santa Maria, Agosto de 2011.

DEDICATÓRIA

A história de um povo é construída pelo próprio povo. E muitas são as formas e caminhos percorridos por homens e mulheres que se tornam sujeitos da história do seu povo. Neste longo percurso, rumo à construção de uma nova sociedade, de um novo homem e de uma nova mulher, valorosas companheiras e companheiros dedicam a vida à luta em defesa da justiça social e da igualdade. Com a mesma coerência e determinação, enfrentaram todas e quaisquer formas de injustiça, de opressão e de exploração. Sem medo e sem hesitação –sempre coerentes e nunca cooptados– enfrentaram o opressor e o explorador, e combateram as causas de todas as injustiças. Estes são os verdadeiros lutadores do povo e, portanto merecem aqui a minha homenagem, já que a realização deste curso foi mais uma conquista destes corajosos lutadores.

AGRADECIMENTOS

À turma, que nunca desanimou diante dos problemas enfrentados, tendo sempre a compreensão de enfrentá-los com maturidade.

Aos componentes do eixo produção e renda, Adilson, Ana, Ângelo, Macarena, Paulo e Sandra e professores Lia, Marlove e Costabeber.

Ao orientador Costabeber, pela sua disposição em me orientar e, principalmente, pela sua paciência e compreensão.

À Lizete Stumpf, minha companheira, pela ajuda, incentivo e pela compreensão.

As famílias assentadas que se propuseram a participar deste trabalho.

RESUMO

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

FEIRA DA REFORMA AGRÁRIA E GERAÇÃO DE RENDA PARA OS ASSENTADOS EM PEDRAS ALTAS (RS)

Autora: Jacir João Chies
Orientador: José Antônio Costabeber
Santa Maria, Agosto de 2011.

O município de Pedras Altas, através de suas lideranças, técnicos, instituições e entidades ligadas à agricultura e ao desenvolvimento rural, vem há anos discutindo alternativas de produção e renda capazes de melhorar a reprodução social e econômica das centenas de famílias de agricultores que não puderam acompanhar o ritmo da modernização da agricultura. Nesta categoria de agricultura familiar se incluem também os agricultores assentados de reforma agrária. Os assentamentos de reforma agrária compõem o foco principal da presente pesquisa, uma vez que se considerou necessário conhecer mais sobre a viabilidade das propostas de desenvolvimento que vêm sendo defendidas, principalmente as de implementação de feiras no município que têm como objetivo dar vazão a produção de hortaliças. Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo geral verificar em que medida a estratégia defendida pela comunidade de Pedras Altas, no sentido de estimular a produção de hortaliças para sua comercialização em feiras, representa uma alternativa concreta para o conjunto das famílias de assentados. Ademais, buscou-se conhecer o grau de aceitação desta estratégia por parte das famílias que estão participando da Feira de Reforma Agrária no município. Isto levou o pesquisador a analisar também o volume produzido, o volume comercializado, o volume consumido no lote e o volume não aproveitado. Pedras Altas não tem população suficiente para consumir a produção oriunda da agricultura familiar, embora sejam poucos os agricultores familiares do município. A infra-estrutura existente também é deficiente, sendo que o município praticamente não possui agroindústrias, além de não apresentar logística adequada para o escoamento da produção. A Feira da Reforma Agrária, tão desejada pelas famílias e pelos agentes de desenvolvimento rural, dificilmente terá viabilidade econômica, seja pela distância dos assentamentos até a sede do município, seja pela localização e pelo baixo número de consumidores propensos em comprar na feira. Entretanto, o espaço da feira é muito oportuno para a integração entre as famílias assentadas e a população urbana, rompendo preconceitos e outras divergências que possam haver entre estes públicos.

Palavras chaves: Comercialização. Feiras. Viabilidade econômica. Assentamentos de reforma agrária.

ABSTRACT

Monografia de Conclusão de Curso
Curso de Especialização em Agricultura Familiar
Camponesa e Educação do Campo
Projeto Residência Agrária
Convênio PRONERA/INCRA
Universidade Federal de Santa Maria

FAIR LAND REFORM AND INCOME GENERATION FOR THE SETTLERS IN PEDRAS ALTAS (RS)

Author: Jacir João Chies

Adviser: Dr. José Antônio Costabeber

Date and place of defense: Santa Maria, August, 2011.

The municipality of Pedras Altas, through its leadership, technicians, institutions, and entities, associated with agriculture and rural development, are discussing alternatives to agricultural production and income for years that are capable of improving social and economic development of hundreds of farmers who could not keep face with modernization of agriculture. In this category of family farm are also included the farmers settled by land reform. The land reform settlement comprises the main focus of this research, since it was found necessary to learn more about the feasibility of development proposals that have been advocated, mainly those of implementation of farmers markets in the municipality that have the objective of giving vent to the production of vegetables. In the light of the above, the general purpose of this research was to ascertain to what extent the strategy advocated by the community of Pedras Altas, represents a real alternative for all the families of settlers, to stimulate the production of vegetables for marketing in farmers markets. Moreover, we aimed to investigate the degree of acceptance of this strategy by the families who are participating in Land Reform Market in the municipality. It led the researcher to analyze the amount produced, traded, consumed in the batch, and the amount unused. The municipality of Pedras Altas does not have enough population to consume the production from the family farm, although there are few family farmers in the municipality. The existing infrastructure is poor, there is virtually no agricultural industry, besides not providing adequate logistics to production flow. The Land Reform Market, so desired by families and rural development agents is unlikely to have economic viability, either by the distance of settlements to the headquarters of the municipality, or by its location and the number of consumers likely to buy in the farmers market. However, the farmers market is very timely for integration between settled families and urban population, breaking down prejudice, and other divergences that might exist between these people.

Key words: Trading. Farmers markets. Economic feasibility. Land reform settlements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Chegada das famílias na Região Sul	26
Figura 2 – Estradas em péssimas condições de tráfego	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos assentamentos do município de Pedras Altas (RS).	11
Tabela 2 – Atividades desenvolvidas pelas famílias assentadas em Pedras Altas (RS).....	33
Tabela 3 – Deslocamento das famílias assentadas para comercialização de produtos na feira	37
Tabela 4 – Produção animal das famílias assentadas	39
Tabela 5 – Produção de grãos das famílias assentadas.....	40
Tabela 6 – Produção hortícola das famílias assentadas	41
Tabela 7 – Produção frutícola das famílias assentadas em Pedras Altas (RS).....	41

SUMÁRIO

SUMÁRIO	9
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Problema de pesquisa	11
1.2 Hipótese	13
1.3 Considerações metodológicas	14
1.3.1 Caracterização do local de estudo	14
1.3.2 Metodologia de pesquisa.....	15
1.4 Estrutura do trabalho	16
2 AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE PEDRAS ALTAS	17
2.1 Agricultura familiar brasileira.....	17
2.2 Agricultura familiar em Pedras Altas.....	23
2.3 Resgate da história dos assentamentos de Pedras Altas	25
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
3.1 Perspectivas da feira	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1 INTRODUÇÃO

Segundo o IBGE (2006), Pedras Altas tem como principais cultivos o arroz (historicamente associado à pecuária), milho e sorgo, além da cevada e soja. O ano de 2005 foi marcado pela recuperação do rendimento na cultura do arroz, com um aumento de 13% em relação a 2004, ano em que as culturas de milho, soja e sorgo no município tiveram considerável diminuição no rendimento (quilogramas por hectare) em relação ao ano anterior (77%, 60% e 50%, respectivamente) (IBGE, 2006).

A partir da Pesquisa Agrícola Municipal é possível constatar que os principais cultivos permanentes existentes no município, no período de 2002 a 2005, são os de laranja e uva (IBGE, 2006). Nesse período, a citricultura na microrregião geográfica de Jaguarão¹ manteve sua participação na produção estável (2%), e a viticultura manteve sua produção constante. Com relação à produção animal, percebe-se um crescimento na participação do município no número de cabeças em praticamente todos os tipos de rebanhos. O rebanho bovino, que possuía o maior número de cabeças, representava 9,4% do total da microrregião em 2002, sendo que em 2005 passou para 11%. As exceções ficaram nos rebanhos de eqüinos (de 11,2% para 11,5%), galinhas (de 5% para 5,4%) e suínos (de 4,3% em 2002 para 4,4% em 2005), que praticamente mantiveram a mesma participação, apesar do pequeno aumento no número de cabeças (IBGE, 2006).

A característica regional de produção de Pedras Altas é a criação de gado em sistema extensivo e também a produção de arroz irrigado, entretanto ambos apresentam muitas limitações na sua viabilidade técnica e econômica, seja pelo tamanho dos lotes que as famílias assentadas possuem, seja pelo baixo grau de mecanização utilizado pelas famílias. Assim, percebe-se a necessidade de produção para o autoconsumo das famílias, bem como a busca de mercados alternativos para a venda de excedentes, no intuito de garantir uma melhor qualidade de vida com um acréscimo na renda das famílias.

¹ A microrregião geográfica de Jaguarão é composta pelos seguintes municípios: Arroio Grande, Herval, Jaguarão e Pedras Altas.

1.1 Problema de pesquisa

O município de Pedras Altas, através de suas lideranças, técnicos, instituições e entidades ligadas à agricultura e ao desenvolvimento rural, vem há anos discutindo alternativas de produção e de renda capazes de melhorar a reprodução social e econômica das centenas de famílias de agricultores que não puderam acompanhar o ritmo da modernização da agricultura. Nesta categoria de agricultura familiar se incluem também os agricultores assentados de reforma agrária.

Em Pedras Altas existem cinco assentamentos de reforma agrária, denominados Projeto de Assentamento - PA Candiota, PA Lago Azul, PA Regina, PA Santa Inês e PA Glória, com um total de 248 famílias, ocupando uma área total de 7.162,15 hectares. Esses assentamentos foram implantados pelo INCRA entre 1996 e 1999 (Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização dos assentamentos do município de Pedras Altas (RS).

Nome do assentamento	Ano de criação	Nº total de famílias	Nº de pessoas	Área total do assentamento (ha)
PA Candiota	1999	31	116	812,88
PA Glória	1996	100	300	3056,99
PA Lago Azul	1996	33	100	966,95
PA Regina	1999	70	300	1702,77
PA Santa Inês	1999	14	35	622,56
TOTAL		248	851	7162,15

Os assentamentos de reforma agrária compõem o foco principal da presente pesquisa, uma vez que se considerou necessário conhecer mais sobre a viabilidade prática das propostas de desenvolvimento que vêm sendo defendidas, principalmente as de implementação de feiras no município, que tem como objetivo dar vazão a produção de hortaliças.

Nesse caso, há um forte estímulo aos agricultores assentados para que se envolvam neste tipo de produção, conforme consta no Plano de Recuperação do

Assentamento (PRA), elaborado pela equipe técnica do programa de ATES/INCRA - Núcleo Operacional de Pinheiro Machado, especialmente no item 5.1 Programas Regionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), subitem 5.1.1 Cooperação agrícola - Grupo da Feira da Reforma Agrária e da Merenda Escolar. Como justificativa aparece:

A melhora das condições de vida das famílias a partir da geração de renda, proporcionada pelo planejamento coletivo da produção e comercialização, pois existem espaços proporcionados para isso como a Feira da Reforma Agrária e o programa da merenda escolar, já que no município existem 06 escolas na área rural, sendo que destas 03 estão localizadas em assentamentos.

Como objetivo o PRA destaca: “Criar no Assentamento grupos interessados em planejar a produção e comercialização de produtos para a Feira da Reforma Agrária e para o programa da merenda escolar”. Para tanto, as ações e atividades propostas são:

- Debater no assentamento sobre cooperação agrícola.
- Levantar o número de famílias interessadas em cada grupo de produção.
- Organizar e planejar a produção de cada família para que possam distribuir entre elas os cultivos a serem implantados.
- Reunir mensalmente para discutir as limitações de cada unidade, fazer o planejamento para o próximo mês e para a comercialização.

Como metas o PRA estabelece que cada um dos grupos de produção deve ter o seu planejamento de produção e comercialização. Vale ressaltar que o programa mencionado se repete em todos os assentamentos do município de Pedras Altas.

O Escritório Municipal da EMATER/RS-ASCAR, em muitas de suas manifestações, também põe em evidência essa orientação de estimular a produção e consumo de hortaliças no âmbito local, como forma de melhorar a renda e o bem estar das famílias dos agricultores do município.

A Prefeitura Municipal de Pedras Altas, por sua vez, reforça essa visão de desenvolvimento a partir de feiras e produção de hortaliças. Isto pode ser observado

na disponibilização, por parte da prefeitura, de infra-estrutura para deslocamento da produção e de local à disposição dos feirantes interessados.

Diante do exposto, esta pesquisa teve como objetivo geral verificar em que medida a estratégia defendida pela comunidade de Pedras Altas, através de suas instituições e agentes de desenvolvimento rural, no sentido de estimular a produção de hortaliças para sua comercialização em feiras no próprio município, representa uma alternativa concreta para o conjunto das famílias de assentados de Pedras Altas. Ademais, buscou-se conhecer o grau de aceitação desta estratégia por parte das famílias que hoje estão participando da Feira de Reforma Agrária no município. Isto levou o pesquisador a analisar também o volume produzido, o volume comercializado, o volume consumido no lote e o volume não aproveitado.

Neste contexto o presente trabalho teve como objetivos específicos:

- a) Caracterizar os assentamentos de Pedras Altas em seus aspectos históricos, produtivos e sociais.
- b) Estimar a produção de hortaliças e de produtos para o autoconsumo (total, comercializado, consumido no lote, não aproveitado) nos assentamentos de reforma agrária.
- c) Analisar a potencialidade de geração de renda com a produção hortícola nos assentamentos, inclusive considerando-se a produção não aproveitada.
- d) Verificar o grau de aceitação da estratégia de feira e produção de hortaliças pelas famílias que atualmente participam do projeto.

1.2 Hipótese

O presente trabalho partiu da seguinte hipótese: Os assentamentos de reforma agrária do município de Pedras Altas (RS) apresentam capacidade de produção de hortaliças e frutas para mercados alternativos, tendo em vista o volume atualmente produzido pelas famílias e a disposição dos assentados em ofertar produtos à população. No entanto, não existe mercado consumidor para estes

produtos no município no volume requerido para dar vazão a uma eventual produção em maior escala pelos assentados de Pedras Altas.

1.3 Considerações metodológicas

1.3.1 Caracterização do local de estudo

O município de Pedras Altas está localizado a aproximadamente 400 km de Porto Alegre. Sua sede está a 384 m de altitude e suas coordenadas geográficas são 31° 43' 00" de latitude Sul e 53° 35' 16" de longitude Oeste. Limita-se ao norte com Candiota e Pinheiro Machado, a oeste com Aceguá, ao sul com a República Oriental do Uruguai e a leste com Herval. Na divisão do Estado, enquadra-se na mesorregião Sudeste Rio-Riograndense².

Pedras Altas localiza-se na região sul do Rio Grande do Sul, pertencendo à microrregião de Jaguarão (IBGE, 2006) e ao Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE Sul.

A principal via de acesso ao município é através da RS 608, a qual não possui pavimentação. Logo, por não possuir ligação asfáltica, a produção de alimentos perecíveis se torna mais difícil, pois o consumo no município é pequeno devido à baixa população residente no município.

Os assentamentos localizam-se entre 30 e 50 km distantes da sede do município, com acesso em estradas não pavimentadas e geralmente em péssima manutenção. Os cinco assentamentos possuem, aproximadamente, 248 famílias, todas com baixa capacidade de investimento e com infra-estrutura precária.

² A Mesorregião Sudeste Rio-Riograndense é composta pelas microrregiões de Jaguarão, Litoral Lagunar, Pelotas e Serras do Sudeste.

1.3.2 Metodologia de pesquisa

A metodologia de estudo se deu através de visitas e entrevistas a quatro famílias do assentamento Glória, as quais se propuseram a contribuir com o trabalho desenvolvido através de relatos de sua produção e consumo. A escolha de apenas quatro famílias deve-se ao curto período para realização do trabalho e ao grau de dificuldade que a maioria das famílias tem em sistematizar seus dados, além do fato de algumas famílias não se sentirem à vontade em disponibilizar seus dados pessoais de produção. Ainda, foram realizadas entrevistas com os agricultores participantes da Feira da Reforma Agrária, durante a realização da mesma no município.

Assim, para a realização do presente estudo lançou-se mão das seguintes técnicas e instrumentos de investigação:

- Resgate da história dos assentamentos de Pedras Altas para entender o contexto de aplicação da estratégia de produção de alimentos (frutas e hortaliças) para comercialização no próprio município, através de feiras.
- Revisão de literatura sobre Agricultura Familiar, alternativas de renda para a pequena propriedade, estratégias de desenvolvimento em assentamentos rurais.
- Identificação e leitura de documentos (planos de trabalhos, planejamento de equipes técnicas) das entidades e agentes de desenvolvimento envolvidas no trabalho com assentamentos em Pedras Altas.
- Aplicação de questionário para quantificar a produção hortaliças e de frutas, tomando por base a realidade de quatro famílias assentadas.
- Realização de entrevistas sobre expectativas, grau de aceitação e dificuldades das famílias assentadas que atualmente comercializam sua produção na feira do município de Pedras Altas.

1.4 Estrutura do trabalho

Além desta Introdução, a presente monografia está composta por mais dois itens e uma seção dedicada às considerações finais. No Item dois faz-se uma abordagem sobre a agricultura familiar brasileira, e posteriormente descreve-se brevemente a situação da agricultura familiar no município de Pedras Altas. Ressalte-se que esta revisão foi necessária porque os assentados de reforma agrária, em geral, e os assentados em Pedras Altas, em particular, enquadram-se na categoria de “agricultores familiares”. No Item três apresentam-se os resultados e discussão da pesquisa, destacando a abordagem público produtor versus público consumidor. A presente monografia finaliza com algumas considerações finais, incluindo sugestões para futuros estudos e trabalhos nesta área.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: Um olhar sobre Pedras Altas

2.1 Agricultura familiar brasileira

No processo de modernização da agricultura brasileira, o papel do Estado foi fundamental, pois através das políticas agrícolas houve a abertura de mercado à produção, na concessão de crédito agrícola subsidiado, na pesquisa e extensão, principalmente para as “commodities” exportáveis (BIONATUR, 2006). Isto foi feito no intuito de direcionar a agricultura para produção em grande escala, voltada para o mercado, com o uso intenso de insumos industriais, objetivando o fornecimento de matéria-prima para as agroindústrias processarem e comercializarem os alimentos, que agora deveriam atender a grande demanda proporcionada pela intensa migração da população para os centros urbanos (CHIES, 2007).

O progresso tecnológico teve papel importante nas transformações da agricultura familiar, pois, com a introdução das inovações tecnológicas, reduziu-se consideravelmente o tempo de trabalho no campo, tornando a produção agrícola dependente de insumos externos e capital.

Estas mudanças fragilizaram os agricultores, tornando-os cada vez mais dependentes de recursos externos também para o autoconsumo, já que estes passaram a se integrar ao mercado na produção de grandes culturas em detrimento da produção para o auto-sustento. Geralmente, os agricultores que se tornam dependentes por inteiro dos financiamentos e quando ocorre um refluxo dos investimentos por parte do Estado, como o ocorrido de 1980 a 1984 (SILVA, 1995), ficam sem alternativa e acabam por migrar para as cidades em busca de empregos (CHIES, 2007).

Verifica-se, portanto, que apesar da importância das políticas de crédito e financiamento à época da modernização da agricultura, estes mecanismos foram excludentes e responsáveis pelo endividamento e exclusão social. Para tentar amenizar as conseqüências destas instabilidades, sejam elas climáticas ou mercadológicas, surgiu um modelo diferenciado de crédito – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) –, com o intuito de auxiliar

àqueles agricultores, antes excluídos do acesso ao crédito, para que tenham a possibilidade de investir e produzir em suas unidades.

De acordo com Chies (2007), em trabalho realizado com assentamentos de reforma agrária, observa-se que as famílias de agricultores apenas investem na propriedade quando utilizam recursos provindos do PRONAF. O autor destacou que diversos fatores contribuem para que estes acessem o PRONAF para grandes culturas (soja, milho e trigo) como a liberação e pagamento do PRONAF em uma única parcela anual, criando uma falsa percepção de que a renda gerada é maior que em outras atividades remuneradas periodicamente (semanal e/ou mensal).

Nas últimas décadas a contribuição da agricultura familiar no desenvolvimento rural vem ganhando maior importância, tanto nas ações dos movimentos sociais como no papel das políticas públicas governamentais (COSTA, 2006). Segundo dados do IBGE (2006), foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, enquanto que a área dos não familiares era de 309,18 hectares. Dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45% eram destinados a pastagens, enquanto a área com matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupavam 28% das áreas, e por fim as lavouras que ocupavam 22,0% (IBGE, 2006).

Cabe destacar que agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite e 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar é a da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira. A agricultura familiar também responde por 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves e 30% do plantel de bovinos (IBGE, 2006).

Os três milhões de agricultores familiares que declararam ter obtido alguma receita de vendas dos produtos dos estabelecimentos tinham uma receita média de R\$ 13,6 mil por ano, especialmente com a venda de produtos vegetais que

representavam mais de 67,5% das receitas obtidas. A segunda principal fonte de receita da agricultura familiar eram as vendas de animais e seus produtos, que representavam mais de 21% das receitas obtidas nos estabelecimentos. Entre as demais receitas se destacavam a “prestação de serviço para empresa integradora” e a venda de “produtos da agroindústria familiar”.

Mais de R\$ 5,5 bilhões chegaram aos produtores familiares por meio de aposentadorias, pensões e programas especiais dos governos em 2006. É importante observar que estes resultados são referentes às rendas declaradas pelo produtor, e não consideram os demais integrantes da família, o que explica o reduzido número de produtores familiares (644 mil) que declararam receber receitas de programas especiais dos governos, tal como o Bolsa Família (IBGE, 2006).

A mercantilização da produção de alimentos pode ocorrer por duas vias. A primeira, a mais assídua, é aquela em que os agricultores deixam de produzir seus alimentos em prol da produção de cultivos comerciais. A segunda, talvez a menos visível, porém muito importante para determinadas regiões, diz respeito à expansão da fronteira agrícola para áreas inexploradas, em que a ocupação com culturas comerciais compromete importantes fontes de alimentação, como a coleta de frutos nativos, a pesca e a caça (GRISA, 2007).

O acesso aos alimentos, até então produzidos e autoconsumidos pela família, passa a ser de responsabilidade de agentes externos ao processo produtivo, que os transformam em mercadorias, dando início ao processo de externalização da produção de alimentos, do mesmo modo que ocorre com os demais circuitos produtivos. O consumo alimentar familiar passa a depender de relações mercantis. Alimentos, como diversos tipos de carnes, massas, frutas e verduras *“in natura”*, batatas, ovos, queijos, conservas, feijão, arroz, etc., deixam de ser produzidos na unidade familiar para serem comprados (GRISA, 2007).

No entanto, a produção para o autoconsumo desempenha um papel importante como “produtora” de autonomia para a agricultura familiar. Em primeiro lugar, por garantir à unidade familiar o controle sobre uma das necessidades vitais (a alimentação), favorecendo, deste modo, o alcance da segurança alimentar. Ademais, em segundo lugar, conforme Ploeg (2006), trata-se de uma forma de co-produção estabelecida entre o homem, o trabalho e a natureza, onde a maioria dos recursos necessários à produção encontra-se disponível. Em terceiro lugar, produzir para o autoconsumo e, concomitantemente, desenvolver outras atividades agrícolas

e não-agrícolas, compõe o que Ellis (2000) *apud* Grisa (2007) denominou de “estratégias de diversificação dos modos de vida” dos agricultores. A diversificação contribui para ampliar a renda e, no caso do autoconsumo, renda não monetária, sobre os quais está assentada a reprodução social, conferindo estabilidade econômica e minimizando a vulnerabilidade. O autoconsumo ainda contribui para aumentar a autonomia em virtude de constituir uma forma de “economização”, por conta da alternatividade dos alimentos produzidos, por relacionar-se com a identidade social dos agricultores, ou ainda, devido a sua vinculação com sociabilidade e o desenvolvimento de redes de reciprocidade representadas, por exemplo, pelas trocas de alimentos entre vizinhos (GRISA, 2007).

De acordo com Ellis (2000) *apud* Grisa (2007), as estratégias de diversificação podem ser classificadas em dois tipos: “escolha e adaptação” ou “reação e necessidade”, dependendo do contexto em que a unidade familiar está inserida. Estratégia como “escolha e adaptação” refere-se a uma reação voluntária de diversificação, onde as unidades domésticas já possuem condições sociais e materiais para sua reprodução e, deste modo, objetivam geralmente melhorar o padrão de vida, ascender socialmente, acumular capital, podendo se configurar como um mecanismo de diferenciação social. Já uma estratégia de “reação ou necessidade” constitui uma resposta involuntária, onde a reprodução da unidade doméstica está ameaçada, suscetível à sazonalidade, aos fatores de risco.

A importância de manter produtos diversificados destinados à comercialização e conservar a produção para o autoconsumo é também evidenciada por Brumer (1994), já que a diversificação das atividades representa uma forma de economizar recursos e, desta maneira, diminuir os riscos, pela limitação das despesas necessárias e pela não contratação de dívidas. Ao produzir para o consumo familiar as unidades familiares garantem a segurança alimentar, internalizam e maximizam os recursos locais e diversificam seus modos de vida. Todas estas funções corroboram para aumentar o controle sobre o processo produtivo e sobre a reprodução social (GRISA, 2007).

A possibilidade de venda de parte da produção, tanto de autoconsumo como da produção comercial da unidade produtiva, é um modo do agricultor familiar fazer frente à sazonalidade da produção, a perecibilidade dos produtos e a não possibilidade de armazenamento da totalidade dos produtos na época de colheita, dando-lhe autonomia nas operações de consumo ou de venda da produção

(GAZOLA, 2004). No entanto, também se faz necessário dinamizar a economia dos agricultores, incentivando a produção e a comercialização de seus produtos, através de feiras.

Dificuldades de escoamento da produção para pequenos agricultores familiares sempre foram alvo de políticas, sejam do governo ou de outras organizações, governamentais ou não (SILVEIRA et al., 2005). No decorrer dos anos várias propostas foram elaboradas e implementadas visando a incorporação desta categoria de agricultores ao mercado, buscando a melhoria da qualidade de vida através de incrementos da sua renda.

Diferentes formas de comercialização, tendo grandes mercados como alvo, vêm sendo estimuladas, porém pouca atenção tem sido dada para as potencialidades dos mercados locais para o escoamento da produção da agricultura familiar de pequena escala. Contudo, de acordo com Silveira et al. (2005), é justamente nos pequenos mercados locais, caracterizados pelas feiras municipais semanais, que a comercialização do excedente da produção familiar se verifica, além de ser também um espaço de socialização e de expressão cultural .

No Brasil, as feiras-livres são uma das mais antigas formas de varejo com presença generalizada. Elas desempenham um papel importante na venda, principalmente de produtos hortícolas (verduras, legumes e frutas) na maioria dos centros urbanos. Nos municípios de pequeno porte, são muito mais do que um simples programa de abastecimento alimentar para populações de baixos recursos (MALUF, 1999).

As feiras também se constituem em uma importante estratégia de reprodução social da agricultura familiar. Vistas pelo ângulo da pluriatividade, que de acordo com Schneider (2001) seria a “combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família”, as feiras são uma forma de possibilitar o acesso desses agricultores ao mercado, gerando renda para a compra de outros produtos para o consumo familiar, para algum incremento na unidade de produção, ou até mesmo para uma poupança. Além de reprodução social, é um espaço também de reprodução cultural, pois na feira agricultores se encontram, socializam-se, trocam idéias e produtos (SILVEIRA et al., 2005).

É muito raro, entretanto, que as feiras sejam valorizadas como meio para implementação de políticas públicas. Isto se explica, em parte, pela dificuldade do setor público lidar com os delicados e complexos arranjos sociais, econômicos e

culturais que os feirantes e consumidores constroem, e pelo desconhecimento de suas inúmeras contribuições para o município, que podem ser, à primeira vista, ocultadas pela pulverização das vendas, divididas entre muitos agricultores, porém de forma intensa (SILVEIRA et al.2005).

As feiras constituem um exemplo de dinamização das economias locais, pois, tanto os produtores como os consumidores são de Pedras Altas, e desta forma o dinheiro permaneceria no município.

As propostas de incentivo à comercialização dos produtos da agricultura familiar têm seguido principalmente duas orientações: uma, o associativismo e cooperativismo, que procura reduzir dificuldades de comercialização de pequenos produtores familiares, devido à possibilidade de obtenção de ganhos de escala que proporcionariam menores custos de produção e comercialização; regularidade de oferta e maior poder na negociação de preços. Segundo Ribeiro et al. (2003), ações neste sentido viabilizariam a integração destes pequenos produtores em mercados maiores, localizados nos grandes centros urbanos, e trariam em seu bojo a possibilidade de redução das disparidades regionais existentes, através da distribuição de renda entre as diversas regiões do país e dinamização daquelas caracterizadas pela estagnação econômica.

Para Silveira et al. (2005), outra alternativa é a busca de mercados específicos para agricultores familiares, principalmente para aqueles que utilizam técnicas mais tradicionais. Como a agricultura familiar geralmente adota processos que tendem a ser mais artesanais, isso permitiria uma inserção em mercados segmentados, em que oligopólios e economia de escala estariam ausentes ou menos presentes, os produtos não estariam competindo com base em diferenciais centrados em custo e produtividade, como ocorreu após a Revolução Verde. Assim, uma comercialização eficiente poderia ser viabilizada em mercados distantes (nacionais ou internacionais), que teriam mais apreço por produtos marcados pelas especificidades do socialmente justo e ambientalmente sustentável. Para o mesmo autor, esta segunda alternativa, que em nada exclui a anterior –pelo contrário, ambas podem coexistir harmoniosamente–, aproveita a tendência de valorização do espaço rural e das atividades desenvolvidas no campo.

2.2 Agricultura familiar em Pedras Altas

Em 2001, o município de Pedras Altas tinha 2.568 habitantes, que representavam 2,2% da população da microrregião geográfica de Jaguarão. Em 2006, o município possuía um número total de 2.784 habitantes. Logo, em cinco anos, Pedras Altas experimentou um aumento na sua população de 8,4%, maior que o ocorrido, no mesmo período, na média da sua microrregião geográfica. (IBGE, 2006).

A densidade demográfica no município em 2001 foi de 1,86 hab/km², considerada baixa em comparação com os dados disponíveis para o ano 2000, tanto da microrregião (7,58 hab/km²) quanto do estado do Rio Grande do Sul (36,14 hab/km²) (IBGE, 2006). A população urbana representou 40% e a rural 60% em relação ao total.

A região onde se localiza o município de Pedras Altas caracteriza-se historicamente por possuir grande concentração da terra, onde um dos sistemas produtivos adotados é a produção de gado, com uso de sistema extensivo de pastagem. Neste sistema, os rebanhos bovinos ficam soltos em uma extensa área, onde pisoteiam por muito tempo, selecionando o que irão pastar. Esta prática acaba por degradar o solo, com o pisoteio intenso que compacta o mesmo, além da possível eliminação de espécies vegetais, que podem não resistir ao pastoreio intensivo, pelo fato de serem pastoreadas quando ainda estão muito jovens e não terem reservas energéticas suficientes para o rebrote (IBGE, 2006).

Nesta região com solos rasos e afloramentos rochosos, em que a pecuária é a principal atividade, a produção vegetal é pouco expressiva. Uma prática adotada para aumentar a área de pastagem nativa é a derrubada e a queima da vegetação arbustiva. Esta prática aumenta a área de solo descoberto até que a vegetação herbácea cubra o solo novamente, o que aumenta o risco de erosão.

A silvicultura representa, atualmente, uma importante fonte de impactos sobre a vegetação herbácea e sobre o bioma pampa, visto que os campos são preferidos pelas empresas, com relação às matas ciliares, tanto pela facilidade de implantação da silvicultura quanto pela área disponível e legislação vigente, o que significa que estas áreas não preferíveis sejam exploradas da mesma forma.

Para apoiar a realização do presente estudo, a caracterização da produção agrícola em Pedras Altas foi feita com base na Pesquisa Agrícola Municipal elaborada pelo IBGE. Foram utilizados dados do período de 2002 a 2005 referentes aos cultivos temporários e permanentes (IBGE, 2006).

Segundo a Pesquisa Pecuária de 2002, a participação da produção leiteira do município na microrregião Serras de Sudeste foi de 9,4%. Neste ano a produtividade no município (1,9 litros/cabeça) foi menor que a média estadual (5,0 litros/cabeça) e que a média da microrregião (3,0 litros/cabeça). Os dados da Pesquisa Pecuária Municipal de 2005 indicam pequena queda na produtividade (0,4%) e aumento no número de vacas ordenhadas (1,8%) (IBGE, 2006).

A produção anual de ovos de galinha no município manteve sua participação no total produzido na microrregião geográfica em 4% (72 mil dúzias) durante o período de 2002 a 2005 (IBGE, 2006).

A produção de ovinos no município aumentou entre 2002 e 2005, inclusive com aumento na participação do total da microrregião geográfica de Jaguarão. A produção de lã também cresceu, tanto na microrregião quanto no município, como era de se esperar, devido ao aumento do rebanho efetivo. Entretanto, a produtividade do município manteve-se maior que a da microrregião. A Pesquisa Pecuária Municipal de 2005 apresenta produtividade média de 2,67 kg de lã por ovino em Pedras Altas, enquanto a microrregião tem média de 2,45 kg de lã por ovino (IBGE, 2006).

A produção de mel no município tem pequena participação no total da microrregião (IBGE, 2006). Cabe salientar que esta atividade econômica pode ser considerada interessante no tocante ao seu reduzido impacto sobre o ambiente, podendo, talvez, ser implantada como uma alternativa de utilização indireta de áreas de uso restrito, tais como áreas de proteção permanente e de reserva legal.

Pelo zoneamento econômico, as culturas preferenciais para o município de Pedras Altas são arroz irrigado, trigo, sorgo, forrageiras de clima temperado (aveia, azevém, centeio, etc.), videira americana e videira européia para vinho, citros (laranja e bergamota no sul do município e limões no norte), pessegueiro, cebola e alho (porção sul do município), produção de leite e silvicultura. Na área urbana de Pedras Altas se destaca o comércio.

2.3 Resgate da história dos assentamentos de Pedras Altas

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teve seu início no Rio Grande do Sul, na metade norte do estado. Foi formado fundamentalmente por famílias da própria região, sendo que estas apresentavam resistência em abandonar a região, logo, a luta principal se deu pela conquista de áreas na própria região Norte. Como as áreas eram escassas na região, e no sul, haviam muitas áreas que poderiam ser ocupadas, e ainda com um custo menor para o Estado, em 1989 o próprio MST inicia um debate no intuito de deslocar as famílias para a região sul do Estado.

As famílias acampadas na beira das estradas, já bastante cansadas de estarem debaixo de lona preta, se propuseram a ser assentadas na região sul (Figura 1), mesmo que a região não apresentasse as mínimas estruturas necessárias para produção, saúde, lazer, etc.

Se não bastasse a falta de infra-estrutura, as famílias não tiveram nenhum apoio do poder público, bem como enfrentaram um grande preconceito por parte da comunidade local, com o próprio setor comercial evitando a venda para as famílias recém chegadas.

Com poucos conhecimentos sobre a região, as famílias assentadas iniciaram a produção da mesma forma que produziam em suas regiões de origem, e como resultado obtiveram inúmeras perdas devido à baixa produtividade, além da dificuldade de venda dos produtos gerados.



Figura 1 – Chegada das famílias na Região Sul
Fonte: MST

Após estes fracassos, as famílias procuraram a EMATER/RS para que esta lhes prestasse orientações sobre as possibilidades de produção e comercialização na região sul. A partir deste momento, as próprias famílias perceberam a necessidade da criação de uma organização para auxiliar na comercialização, armazenamento e na compra e venda de produtos, insumos e bens de consumo.

Na área da educação, também enfrentaram inúmeras dificuldades devido à ausência de escolas próximas dos assentamentos, além do péssimo estado das estradas, que não permitiam nem mesmo o transporte das crianças para outras escolas do município (Figura 2). Além das estradas não terem condições de trafegabilidade, a região não possuía redes de energia elétrica.



Figura 2 – Estradas em péssimas condições de tráfego
Fonte: MST

A partir de 1999, com uma ação do Governo do Estado, vem para a região um grande número de famílias, criando uma nova expectativa, no sentido do aumento da produção e viabilidade da estrutura criada, aumentando conseqüentemente os investimentos em estradas, em estruturas coletivas de produção como: moinhos, casa do mel, unidade de beneficiamento de sementes, várias escolas novas são abertas, mesmo ainda havendo bastante deficiência na área da educação.

Com a chegada de novas famílias para a região, os assentamentos objeto do presente estudo são formados, em meio a todas estas dificuldades.

Os assentamentos localizados em Pedras Altas são todos organizados pelo MST. A grande maioria das famílias é oriunda dos acampamentos de Julio de Castilhos, Tupanciretã e, ainda, outras do acampamento de Viamão e Jóia, organizados igualmente pelo MST.

Alguns assentamentos, na sua criação, pertenciam aos municípios de Herval e Pinheiro Machado. No entanto, como em 1999 o município de Pedras Altas foi emancipado, passou a contemplar os referidos assentamentos.

A maioria dos assentados é oriunda do meio rural, filhos de arrendatários, posseiros, peões, capatazes e pequenos proprietários. As suas histórias são quase todas as mesmas, caracterizam-se pelas grandes dificuldades enfrentadas desde a infância e até hoje. Alguns trabalhavam com os pais, em pequenos pedaços de terra que se tornavam insuficientes quando divididos com seus irmãos, outros empregados rurais de baixa renda e arrendatários de pequenas propriedades. Depois de algum tempo vivendo de forma precária, tentaram a sorte na cidade, porém, devido a pouca qualificação, só conseguiram subempregos de baixos

rendimentos, tais como servente de pedreiro, carpinteiro, pintor, mecânico, etc. O empobrecimento tornou-se mais grave, sendo que o acampamento, assim como o posterior assentamento, foram vislumbrados como solução.

Como mencionado anteriormente, grande parte das famílias é de origem do norte do Rio Grande do Sul, enquanto algumas são da própria região sul do estado. Logo, pelo fato de muitas famílias não terem se adaptado à região, ou até pela demora e/ou descaso dos órgãos governamentais responsáveis pelo processo de Reforma Agrária e às várias dificuldades como moradia em barracos, difícil acesso, demora na liberação de recursos, muitos assentados abandonaram seus lotes.

Na área da produção, destacam-se as seguintes culturas: milho, sorgo, feijão, batata, mandioca, cebola, fruticultura, hortaliças, mel, artesanato, aves, ovos, suínos, ovinos, gado de corte, queijo, além da produção de sementes para a BIONATUR (Cooperativa Agroecologia Nacional Terra e Vida Ltda.).

A principal atividade desenvolvida atualmente nos assentamentos é a produção de leite. Esta garante uma renda mensal, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida às famílias.

Com o esforço de cada uma das famílias, sua organização e determinação, houve muitas conquistas como acesso à saúde, estradas, moradia e educação, embora muitas famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos desistiram ou abandonaram seus lotes, pelo fato de não terem se adaptado à região ou até mesmo pela demora e dificuldade em acessar recursos.

Entretanto, muitos jovens, mesmo com a permanência das famílias, optaram por sair do assentamento em busca de melhor qualidade de ensino em outros municípios, e outros foram em busca da conquista de sua própria terra ingressando em acampamentos do MST, pois a média de terras que seus pais conquistaram não é suficiente para que cada filho constitua sua própria família e sobreviva da mesma área de terra.

Todos os Projetos de Assentamentos de Pedras Altas estão vinculados à instância organizativa do MST na Regional Fronteira de Guevara e possuem um dirigente estadual que também atua como dirigente regional.

Diante desse contexto, o desafio para estas famílias é a produção e comercialização dos seus produtos, visto que a região ainda apresenta uma limitação de infra-estrutura, com sérias restrições climáticas e ainda, para agravar a situação, a região é bastante isolada dos demais municípios.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados aqui analisados e discutidos, sejam aqueles relacionados ao processo produtivo nos assentamentos, sejam aqueles vinculados às expectativas e limitações percebidos pelas famílias de assentados em relação à viabilidade dos mercados alternativos na geração de renda e melhoria da sua qualidade de vida, são, em sua maioria, procedentes dos dados coletados no campo e nas entrevistas realizadas com os agricultores familiares assentados em Pedras Altas (RS), tal como foi mencionado no sub-item que trata sobre os métodos e técnicas de investigação empregados no presente estudo.

Através das entrevistas com os agricultores do assentamento Glória, observou-se grande diversificação de produtos agrícolas em seus lotes, totalizando, aproximadamente, 30 itens produzidos, tanto para autoconsumo como para comercialização.

A importância de manter produtos diversificados destinados à comercialização e conservar a produção para o autoconsumo é evidenciada por Brumer (1994), já que a diversificação das atividades representa uma forma de economizar recursos e, desta maneira, diminuir os riscos, pela limitação das despesas necessárias e pela não contratação de dívidas.

No entanto, segundo a equipe técnica e direção regional do MST, estima-se que 90% das famílias estão endividadas, sendo que a maioria das produções apresenta-se de forma bastante extrativista e com poucos investimentos. Com isso poucas famílias conseguem investir em seus lotes. Isto coincide com as conclusões de Chies (2007), em trabalho realizado com assentamentos de reforma agrária, que verificou que a maioria das famílias de agricultores somente investia na propriedade quando utilizava recursos provindos do PRONAF.

Observou-se que aqueles agricultores que apresentam diversificação de produtos em seus lotes, a fazem mediante sua necessidade econômica, ou seja, reação à permanência nos lotes. Para Ellis (2000) apud Grisa (2007), as estratégias de diversificação podem ser classificadas em dois tipos: a “escolha e adaptação” ou a “reação e necessidade”, dependendo do contexto em que a unidade familiar está inserida. Nos assentamentos de Pedras Altas, um dos motivos da diversificação se

refere à sobrevivência em seus lotes, pois assim garantem a manutenção e a reprodução sócio-econômica das suas famílias. Outro motivo é de que os assentamentos estão distantes de qualquer área urbana, ou seja, longe do público consumidor, ao mesmo tempo em que o município não oferece nenhuma possibilidade de viabilizar a comercialização dos produtos excedentes do autoconsumo.

De acordo com o IBGE (2006), a população total do município é de 2.784 habitantes, com 40% na área urbana e 60% na rural. Isto implica, na melhor das hipóteses, que apenas 40% da população são público potencial para consumir a produção dos 60% restantes da população. Hipoteticamente, isto significa que cada três habitantes produzem alimentos para outros dois habitantes.

Embora com todas as dificuldades apresentadas pelas famílias, a competição é de natureza humana, logo estas famílias de assentados possuem resistências às estratégias relacionadas ao associativismo e ao cooperativismo. No entanto, os problemas são os mesmos para todas as famílias e estas têm dificuldade em resolver os problemas coletivamente.

Geralmente, esperam-se das famílias assentadas, pelo seu histórico de lutas para a conquista da terra e pela maior presença do movimento social, uma maior capacidade de organização para formar associações/cooperativas e de articulação para ter acesso a créditos e a outras políticas públicas. Entretanto, a condição social inicial dos assentados de Pedras Altas é a mais desfavorável possível, pois quando adentraram ao município não possuíam nenhuma benfeitoria ou infra-estrutura de apoio para a produção (transporte, beneficiamento, armazenagem, etc.)

No entanto, desde o ano 2009, é pauta de debate entre as famílias assentadas do município a criação de uma cooperativa, no sentido de administrar uma agroindústria construída no assentamento Glória, para processamento de milho e arroz. Esse empreendimento permitiria uma possibilidade maior para as famílias, que beneficiariam seus produtos, em primeiro lugar, para o próprio autoconsumo e, posteriormente, buscando a comercialização do excedente, permitindo um melhor aproveitamento da produção e um valor agregado mais satisfatório.

Esta cooperativa, em processo de criação, apresenta por sua vez, dificuldades em iniciar seus trabalhos, principalmente pela falta de lideranças capazes de suportar a carga de questionamentos impostas pelas próprias famílias

assentadas e ainda cumprir com a burocracia necessária para registrar juridicamente a cooperativa.

Por outro lado, estas famílias possuem uma equipe técnica conquistada pela luta perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o objetivo de desenvolver os assentamentos de forma geral. A equipe do Núcleo Operacional de Pinheiro Machado, a qual os assentamentos do município de Pedras Altas pertencem, apresenta objetivos bastante claros na descrição do Plano de Recuperação dos Assentamentos e ainda contribui na formação de associações e cooperativas.

Segundo o Plano de Recuperação do Assentamento, elaborado pela equipe técnica de Pinheiro Machado, representada pela Cooperativa de Serviço Técnico – COPTec, seus objetivos são:

[...] o fortalecimento da agricultura familiar camponesa é que se destaca o Projeto de Assentamento como uma importante ferramenta neste processo, pois é o principal espaço gerador de trabalho e renda para famílias que já estavam sem perspectiva alguma na vida.

Para isto busca-se a independência do sistema capitalista monopolista imposto à sociedade, com definição coletiva de linhas produtivas no assentamento, para consumo e renda.

A diversificação de culturas vem como forma de reafirmar o campesinato, com novas técnicas de produção embasadas na agroecologia que possam converter o modelo convencional para o modelo agroecológico, reduzindo e substituindo o uso de insumos externos por práticas alternativas de tratamento agrícola, diminuindo o custo econômico e ambiental de produção. Com esse modelo preserva-se a diversidade biológica e estimula-se a utilização dos recursos renováveis locais, proporcionando a independência dos camponeses quanto ao modelo convencional.

A cooperação é também um elemento estratégico para a consolidação do campesinato, o que já era posto em prática de forma primária, como troca de trabalho, utilização coletiva de máquinas, mutirão e outros, agora se mostra necessária uma forma de cooperação mais complexa, com a divisão de terra, capital e trabalho, planejamento coletivo e comercialização. Quanto mais elementos puderem ser colocados de forma coletiva, maior a dificuldade de desestabilizar esta organicidade.

Com um assentamento bem organizado e estruturado coletivamente é que se alcança uma forma de organização social desejada onde prevaleça o bem estar social da natureza e do ser humano como parte dela.

Em meio a este debate e com o incentivo dos responsáveis pelo desenvolvimento do município, algumas famílias se mostraram interessadas em comercializar produtos hortícolas e frutas, visto que estes sempre excedem o necessário para o autoconsumo familiar.

Em 2010, em conseqüência desses debates, e com o apoio da Prefeitura Municipal e da COPTec, iniciou-se uma feira, denominada mais tarde Feira da

Reforma Agrária, na cidade de Pedras Altas, inicialmente com a participação de 14 famílias. Atualmente, percebe-se que há um esforço por parte dos agentes de desenvolvimento do município de inserir um maior número de famílias, constatando-se o interesse de mais 11 famílias.

Vale lembrar que, para comercializar hortaliças e frutas, há que se considerar duas questões importantes: uma delas é ter a produção excedente e a outra é ter público para adquiri-la. Para a presente pesquisa considerou-se, de forma bastante simplificada, que o público urbano é o público em potencial para adquirir esta produção disponibilizada na feira.

Segundo Lopes (1978), consideram-se áreas urbanas as aglomerações que tenham, pelo menos, cinco mil habitantes, sendo que a maioria dos pesquisadores da moderna vida urbana no Brasil adota pressupostos semelhantes, porém sobre a base de novos limites. George Martine (1994) estabelece o patamar da população total não inferior a 20 mil habitantes.

Seguindo qualquer uma destas definições, constata-se que em Pedras Altas não haveria área urbana, pois se trata de um município essencialmente rural. Ou seja, as famílias que residem na sede do município, em sua grande maioria, possuem relações de dependência e de intercâmbio e interação com o meio rural. Relações estas que podem ser com parentes que residem no meio rural, ou estas famílias ainda possuem terras no meio rural, ou ainda muitos moram na sede do município, mas trabalham em atividades agrícolas, seja em fazendas ou mesmo em áreas de produção de uva. Neste último caso, diariamente é disponibilizado um ônibus para levar trabalhadores da sede para atividades laborais em áreas de vitivinicultura.

Para Silva (1995), analisando a evolução da pobreza rural nos anos 1970 e 1980, na década de 1970 cresceu a desigualdade, mas diminuiu a pobreza no campo, e conseqüentemente, segundo o mesmo autor, o campo “expulsou” a pobreza para as cidades. No caso específico de Pedras Altas, atualmente, constata-se que sua sede é pouco expressiva em números populacionais, havendo ainda muitas famílias de baixa renda. Vale ressaltar que a Assistência Social do município afirma que existem, pelo menos, 50 famílias necessitando de cesta básica para sobreviver.

Mesmo com estas constatações desfavoráveis ao êxito de uma feira que suprisse a demanda da produção das famílias assentadas, este estudo foi efetuado

com o objetivo de fazer um levantamento do volume da produção excedente existente hoje, o qual está apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Atividades desenvolvidas pelas famílias assentadas em Pedras Altas (RS).

Atividades avaliadas	Nº de famílias	% de famílias
Leite	139	56,05
Horta autoconsumo	219	88,31
Pomar autoconsumo	200	80,65
Total de famílias avaliadas	248	100,00

A predominância da pecuária leiteira como principal produto de comercialização é justificada em função da capacidade que a atividade apresenta de garantir uma renda mensal aos agricultores. No entanto, observou-se que a questão da renda mensal é reportada mais como um discurso político, pois em conversa com os agricultores percebeu-se que esta atividade é de fato a mais favorável para os assentamentos, já que em situações de normalidade apresenta comercialização garantida, poucos riscos de queda brusca da produção, oscilação de preços relativamente previsível e ganhos adicionais com a venda de bezerros.

Por outro lado, percebe-se que poucos agricultores conseguem planejar a produção adequadamente. Um dos motivos se refere à garantia de recolhimento do leite, independente da produção e da qualidade, o que acaba criando uma certa acomodação por parte dos agricultores. Desta forma, a grande maioria possui uma produção que oscila muito no decorrer do ano, também sendo bastante dependente do nível tecnológico e do clima da região, ou seja, nas épocas de bastante produção de pastagem a produção é maior do que em épocas secas ou de muito frio. Isso faz com que a renda mensal oscile bastante e, assim, estes agricultores passem a depender de outros rendimentos em determinadas épocas do ano.

As estratégias predominantes em relação à produção e comercialização seguem duas linhas principais que, embora não sejam contraditórias, pois podem ser combinadas, muitas vezes são adotadas alternativamente em função da capacidade de investimento e inovação tecnológica dos agricultores, ou de suas opções em termos de modo de vida. A primeira linha abrange agricultores que têm

procurado investir no aumento da produção e da produtividade da principal atividade que realizam. Na grande maioria dos casos, a pecuária leiteira é a principal atividade, mas há alguns ligados à produção de arroz e, raramente, à pecuária de corte, seja via especialização produtiva ou combinando estas atividades com diversificação produtiva, geralmente de forma convencional, e de diversificação de renda. A segunda linha adota como estratégia a inserção diferenciada no mercado, por meio da venda direta ao consumidor e/ou ao mercado varejista ou institucional. Neste caso, a grande maioria dos agricultores apresenta produção com menor grau de investimento e com a adoção de algum princípio ou técnica de produção de base ecológica. Cabe ressaltar que, para o presente trabalho foram considerados apenas os agricultores que procuram inserção diferenciada no mercado.

Durante a execução da presente pesquisa observou-se que a diversificação da produção por parte dos agricultores se dá muito em função dos hábitos alimentares da própria família, e que o excedente da produção destinada à manutenção ou autoconsumo da família acaba direcionado para os mercados alternativos.

Também observou-se que, mesmo que a feira seja o espaço de maior investimento pelos agentes de desenvolvimento local (faz parte dos discursos das principais instituições que atuam no município em prol do desenvolvimento agrícola e rural, como já foi mencionado antes), muitos agricultores ainda realizam vendas nos estabelecimentos locais, nas residências ou por meio de rede de parentesco ou de amizades, fato este que não vem sendo considerado na elaboração dos planos de desenvolvimento e na proposição de políticas públicas de interesse da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária de Pedras Altas.

Outro aspecto marcante, ainda na segunda linha de estratégias, é a diversidade de itinerários técnicos, ou seja, alguns produtos seguem um saber-fazer específico, transmitido de uma geração à outra dentro da própria família. Outros produtos são do próprio quintal ou horta doméstica, exigindo poucos recursos técnicos, sendo destinados, normalmente, para o consumo próprio, mas que eventualmente atendem às preferências de determinados clientes ou fregueses da cidade.

Embora seja resultado de atividades quase invisíveis, especialmente quando desenvolvidas por mulheres através de cultivos do entorno da casa ou a partir da

fabricação de produtos artesanais, a renda obtida por meio da comercialização diferenciada é muito importante para a maioria destas famílias.

Além da importância em termos da geração de renda, vários agricultores mencionaram que a comercialização direta proporciona maior autonomia. Alguns são bastante enfáticos ao afirmar que esta estratégia lhes amplia as relações sociais, isto é, as famílias envolvidas neste tipo de comercialização consideram uma forma de lazer o fato de manterem contato com outras pessoas e a possibilidade de saírem do seu cotidiano do meio rural.

Ainda, muitos agricultores sentem-se orgulhos pelo fato de serem conhecidos e chamados pelo nome no local da feira, como o próprio agricultor comenta: “ali é um bom lugar de mostrar o que nós somos capazes de produzir e fazer”, se referindo à produção agrícola e dos artesanatos.

Segundo depoimento das famílias participantes da feira, a sua participação nestes ambientes de interação social e econômica se deve especialmente aos seguintes motivos:

- a) acréscimo na renda familiar;
- b) alternativa à comercialização de seus produtos;
- c) integração entre as famílias participantes;
- d) troca de experiências entre famílias assentadas e as consumidoras de seus produtos.

O acréscimo na renda familiar é inegável, no entanto, se considerarmos os custos de produção, para certas atividades esta afirmação pode se tornar duvidosa, pois estes agricultores têm um deslocamento médio de 72 km para ir e vir da feira, para muitas vezes obter uma renda entre R\$ 70,00 e R\$ 110,00. Ainda, constatando que a feira acontece apenas uma vez por semana, com os grupos de agricultores participando de forma alternada, isto significa que cada família faz duas feiras por mês, ou seja, este acréscimo de renda que varia entre R\$ 140,00 a R\$ 220,00 por mês. Logo, cabe analisar se este aumento de renda, para um grupo bastante reduzido de agricultores, justifica o esforço empreendido por parte dos agentes de desenvolvimento no município, tal como referido antes.

Além disso, considera-se importante analisar se a feira é a única alternativa possível, pois se houvesse a possibilidade de participação de 25 famílias, isso

representaria apenas 10% do total das famílias assentadas no município. Portanto, retornamos o questionamento de se este esforço de viabilizar a feira pode ser considerado um projeto de desenvolvimento para o município de Pedras Altas no seu conjunto ou apenas uma alternativa para um grupo reduzido de famílias assentadas.

A feira como alternativa de comercialização dos produtos, afirmada pelos agricultores, pode ser considerada uma possibilidade viável. Não obstante, a quantia comercializada é pouco significativa se considerarmos uma produção minimamente organizada e em escala das 248 famílias assentadas no município. Esta pode ser aceita como uma alternativa concreta, hoje, quando se trata de comercializar apenas o excedente do auto-sustento das famílias.

Espera-se que em nenhum projeto haja planejamento apenas para suprir uma demanda imediata. Logo, todo o projeto deve ser pensado com o propósito de evolução e, para que esta proposta da feira prospere, deve-se ampliar a gama de produtos comercializados em quantidade e diversidade, bem como aumentar o número de famílias participantes, tornando desta forma a feira em uma alternativa viável para o acréscimo de renda de todas as famílias assentadas.

Quanto à integração entre as famílias de agricultores, esta talvez seja uma das partes mais importantes da feira, pois na execução deste processo torna-se imprescindível a cooperação entre as famílias de agricultores, tanto para a redução de custos, principalmente no deslocamento dos produtos, quanto para a troca de serviços e intercâmbio de conhecimentos técnicos e gerenciais.

A troca de experiências das famílias participantes da feira com o público consumidor constitui-se em uma oportunidade importante para o reconhecimento das famílias assentadas perante a população local, visto que estas costumeiramente são alvos de preconceito pela sua trajetória. Logo, estas famílias, vindo a público com sua produção, rapidamente constroem relações com a população local e acabam por se integrar na dinâmica do município.

Com base nas entrevistas realizadas, as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias quanto a sua participação na feira são:

- a) distância do assentamento até a sede do município, onde ocorre a feira;
- b) falta de infra-estrutura para a feira (mesas, barracas, balanças, etiquetas, embalagens, etc.);

- c) localização isolada, sem abrigo de chuva e vento;
- d) poucos consumidores.

Ao analisar-se a Tabela 3, percebe-se um dos motivos pelo qual as famílias consideram a distância percorrida até a feira como uma dificuldade para realização da mesma. Em média, a distância entre a ida e a volta da feira é de 72 km. Este deslocamento se dá em estradas com péssima manutenção e más condições de trafegabilidade, sendo que em épocas mais chuvosas a distância para acesso à cidade aumenta, pois muitos trechos se tornam intransitáveis e há necessidades de desvios por caminhos mais longos.

Tabela 3 – Deslocamento das famílias assentadas para comercialização de seus produtos na feira de Pedras Altas (RS).

Nome do Assentamento	Distância da sede do município (km)
PA Candiota	27
PA Glória	53
PA Lago Azul	36
PA Regina	37
PA Santa Inês	27

A falta de infra-estrutura para realização da feira é uma constante, pois a estrutura presente na feira é de inteira responsabilidade das famílias, portanto a forma de transporte, pesagem e embalagem em geral são extremamente precárias e estão muito aquém do que é exigido pelos órgãos de fiscalização competentes.

A localização da feira não é considerada a melhor para a realização da mesma. Porém, o espaço é cedido pela prefeitura e esta, por sua vez, evita confrontos com outros vendedores que ocupam a praça de Pedras Altas. Logo, o local oferecido aos agricultores assentados não é centralizado e há pouco movimento de pessoas no local da feira, dificultando sobremaneira a comercialização dos produtos oferecidos.

Como mencionado anteriormente, a população urbana do município de Pedras Altas é composta por apenas 40% da população total, ou seja, aproximadamente 1.100 pessoas. Logo, observa-se um número bastante limitado de consumidores na área urbana.

Apesar das dificuldades citadas, os participantes se mostram empolgados e com perspectivas de aumentar a produção e a diversificação de seus produtos. Porém, segundo eles, para que isto aconteça, necessitam de ajuda para produzir em escala, pois, hoje, a oferta de produtos deve-se muito às sazonalidades. Além disso, consideram, como outra dificuldade a ser superada, a falta de armazenamento de água para manter a produção nos períodos de estiagem prolongada, a qual tem sido muito freqüente no município nos últimos anos.

Muitos agricultores relataram, como dificuldades encontradas para produzir algumas espécies, a sua própria cultura, pois a maioria dos agricultores é oriunda de outras regiões do estado e, com isso, ainda não se encontram adaptados às características edafo-cimáticas do município. Também mencionaram que não conseguem produzir no município muitas das culturas produzidas em suas regiões de origem.

Segundo relato dos agricultores, todos os produtos levados à feira são comercializados, com destaque para:

- hortaliças e frutas em geral;
- artesanatos;
- produtos de panificação;
- feijão, pipoca, amendoim;
- doces (geléias e chimias);
- produtos lácteos³.

A renda obtida com a venda destes produtos, exceto produtos lácteos, varia muito em função da quantia existente a ofertar, oscilando entre R\$ 70,00 a R\$ 130,00 por dia. As famílias ligadas à agroindústria variam a renda diária entre R\$ 300 a R\$ 450,00, devido principalmente à oferta de iogurte e queijos.

No entanto, como a feira ocorre uma vez por semana, alternando entre os dois grupos participantes, a renda obtida torna-se quinzenal, assim como a participação de cada grupo na feira.

³ Produtos específicos de três famílias de assentados que administram uma agroindústria familiar de processamento de leite e derivados.

3.1 Perspectivas da feira

No intuito de avaliar o potencial produtivo das famílias assentadas, realizou-se um levantamento para verificar se, de fato, haveria produção excedente significativa possível de ser comercializada e de garantir o abastecimento de uma feira com a regularidade que o mercado exige.

Conforme comentado nos itens anteriores, a grande maioria das famílias trabalha com a pecuária leiteira. Diante disto, no levantamento realizado observou-se que, além da produção de leite, também são aproveitados os descartes das vacas leiteiras, bem como os terneiros gerados por elas que, também são criados e comercializados e/ou abatidos para o consumo próprio (Tabela 4). Desta forma, estas famílias acabam por complementar a renda de seus lotes.

Além da pecuária leiteira, outros animais são criados no intuito de consumo e possível comercialização, como no caso da criação de galinhas e produção de ovos.

Tabela 4 – Produção animal das famílias assentadas em Pedras Altas (RS).

Produção Pecuária	Unidade	Produzido	Vendido	Consumido	Não aproveitado
Carne aves	Kg	248	20	228	0
Carne bovina	Kg	1.460	830	630	0
Leite	Litro	101.590	96.000	5.590	0
Ovos	Dúzia	660	120	410	130

Ressalta-se que os produtos de origem animal possuem uma legislação bastante específica e muito restritiva, que dificulta a comercialização destes produtos por parte dos assentados, devido aos mesmos não possuírem locais apropriados para o beneficiamento e acondicionamento, conforme prevê a legislação vigente.

Os agricultores têm exemplos claros de que, se os produtos forem beneficiados, estes podem agregar valor e acrescentar a renda, como no caso da queijaria existente no PA Glória. Conforme mencionado anteriormente, as famílias envolvidas com a queijaria conseguem duplicar a receita por feira.

É possível também observar, na Tabela 4, que há produtos de origem animal que não são aproveitados nos lotes. No entanto, estes produtos dificilmente poderão ser comercializados na feira, pois isto acarretaria em procedimentos específicos para a comercialização dos mesmos.

Quando falamos em agricultura familiar em Pedras Altas, dois cultivos agrícolas são considerados indispensáveis para a reprodução social e econômica desta categoria, ou seja, a produção de milho e de feijão.

A produção de milho é utilizada para o próprio consumo e, principalmente, para a alimentação e criação dos animais domésticos, os quais são importantes tanto para a tração nas lides agrícolas como para alimentação da família e venda de eventuais excedentes.

Já a produção de feijão é considerada um dos principais produtos alimentícios da população em geral, em especial das próprias famílias envolvidas no seu cultivo. Logo, podemos observar (ver na Tabela 5) que somente o milho tem aproveitamento integral de sua produção, enquanto o feijão tem aproximadamente 66% do volume produzido não aproveitado.

Tabela 5 – Produção de grãos das famílias assentadas

Produção de grãos	Unidade	Produzido	Vendido	Consumido	Não aproveitado	% não aproveitada
Feijão	Kg	150	0	50	100	66,67
Milho	Saco	60	0	60	0	0,00

Ainda analisando a produção na agricultura familiar, considera-se indispensável para esta categoria a presença de uma horta e um pomar com capacidade para abastecer as necessidades básicas de cada família em termos de hortaliças e frutas. No presente levantamento observou-se que 86% das famílias assentadas no município possuem horta e 79% possuem pomar, ambos para o auto-sustento.

Nas tabelas 6 e 7 observa-se a produção existente nestes setores, no caso das quatro famílias estudadas.

Neste levantamento conseguiu-se identificar a presença de mais de 20 produtos no lote. Surpreendentemente, observa-se que o aproveitamento destes oscila entre 75% de aproveitamento do volume produzido a 100% não aproveitado. Cabe ressaltar que os valores apresentados nas Tabelas 6 e 7 se referem ao total do volume produzido pelas famílias. Logo, não se pretende fazer juízo de valor de quantidades não aproveitadas, mas sim obter a proporção de produtos produzidos e não aproveitados.

Tabela 6 – Produção hortícola das famílias assentadas em Pedras Altas (RS)

Produção hortícola	Unidade	Produzido	Vendido	Consumido	Não aproveitado	% não aproveitado
Abobora	kg	300	0	180	120	40,00
Alface	Cab	600	100	330	170	28,33
Batata	Kg	50	0	0	50	100,00
Batata-doce	Kg	300	0	130	170	56,67
Cenoura	Kg	60	0	10	50	83,33
Mandioca	Kg	330	0	180	150	45,45
Repolho	Cab	150	0	70	80	53,33
Rúcula	Molho	400	0	300	100	25,00
Tomate	kg	220	0	165	55	25,00

Tabela 7 – Produção frutícola das famílias assentadas em Pedras Altas (RS).

Produção frutícola	Unidade	Produzido	Vendido	Consumido	Não Aproveitado	% não aproveitada
Ameixa	Kg	20	0	10	10	50,00
Bergamota	Kg	180	0	85	95	52,78
Caqui	Kg	40	0	20	20	50,00
Figo	Kg	60	0	30	30	50,00
Goiaba	Kg	30	0	15	15	50,00
Laranja	Kg	10	0	5	5	50,00
Maça	Kg	10	0	5	5	50,00
Melancia	Unidade	280	0	110	170	60,71
Melão	Kg	150	0	50	100	66,67
Pêra	Kg	50	0	25	25	50,00
Pêssego	Kg	100	0	50	50	50,00

É sabido que a produção de hortaliças e frutas, tradicionalmente, é considerada periférica, devido à dificuldade de comercialização. No entanto, sabe-se da importância que esta produção tem na vida cotidiana dos consumidores.

É possível perceber que a comercialização de toda a produção “in natura” é pouco valorizada se comparada com os produtos processados. Observa-se em Pedras Altas que os produtores que comercializam produtos processados conseguem acumular ao final do dia um total que corresponde ao dobro daqueles produtores que comercializam produtos “in natura”, considerando o mesmo tempo de venda, o mesmo local e a disponibilidade dos produtos até o encerramento da feira.

Cabe destacar que no município existem duas agroindústrias, sendo uma delas para processamento de leite, que está pronta, porém ainda não possui a licença ambiental para a operação, e a outra um moinho colonial, que está em fase de construção e ainda não tem perspectiva de funcionamento. Ambas carecem de matéria prima para alimentá-las em sua plena capacidade, o que nos leva a considerar que é indispensável um qualificado assessoramento em gestão de agroindústrias, para planejá-las e dimensioná-las conforme produção e necessidades regionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a hipótese de que os assentamentos de reforma agrária do município de Pedras Altas apresentam capacidade de produção de hortaliças e frutas para mercados alternativos, mas que não existe mercado consumidor para estes produtos no município, o presente estudo apresenta algumas conclusões e considerações finais que se mostram a seguir.

a) Com os dados de produção, de vendas e de público consumidor, verifica-se que a feira apenas poderá se viabilizar com forte incentivo das instituições públicas, pois não apresenta viabilidade econômica e os agricultores, da forma como estão organizados (independentes), dificilmente manterão a feira se esta não apresentar retorno econômico satisfatório para garantir a reprodução social e econômica de suas famílias.

b) Para a feira se manter, é necessário que os agricultores tenham uma organização que possa bancar os custos da feira, para que este espaço sirva de divulgação das atividades desenvolvidas pelas famílias no município, e com isso buscar patrocínios e apoios de instituições públicas e/ou privadas que possuam trabalhos com estas famílias.

c) É importante considerar que a feira é somente o início de uma estratégia comercial duradoura, e que só se concretizará se houver a unificação da organização dos produtores com o poder público municipal. Com esta parceria oportuna, há possibilidade de realização da feira não apenas na sede do município, mas também em outros locais, podendo divulgar o nome de Pedras Altas e sua produção de alimentos. Para tanto, é interessante que se crie uma identificação para a feira e para a produção municipal, a fim de que se garanta a demanda dos possíveis pedidos que venham a surgir com quantidade e qualidade para os novos mercados.

d) Geralmente, quando se incentiva e se defende a agricultura familiar, diz-se que esta deve ter sua produção diversificada ao máximo, no entanto, às vezes não há reflexão das limitações daqueles agricultores que estão mais distantes dos pólos consumidores. Logo, ao analisarem-se os relatos das famílias assentadas em Pedras Altas, percebe-se que estas apresentam dificuldades na comercialização

de seus produtos devido, principalmente, à sua localização. Ou seja, estas famílias têm pouca produção de uma variedade de itens, sendo que este tipo de venda requer um mercado próximo e que não exija escala.

e) O município de Pedras Altas não tem população suficiente para consumir a produção oriunda da agricultura familiar, embora sejam poucos os agricultores familiares do município. Outro motivo, talvez até mais importante, se refere à deficiência de infra-estrutura do município, que praticamente não possui agroindústrias, além de não possuir nenhuma logística que aporte o escoamento da produção. Inclusive, as estradas apresentam constantemente sérios problemas de trafegabilidade em determinadas épocas do ano, impossibilitando o acesso da população rural à cidade.

f) Outro ponto indispensável para o bom desenvolvimento econômico da agricultura familiar se refere à presença de agroindústrias para o processamento da produção. Ou seja, em um local onde os consumidores são escassos e o deslocamento é deficitário, torna-se necessário que os alimentos sejam processados a fim de que possam ser deslocados até um local de consumo, mantendo a qualidade para ser disponibilizados aos consumidores.

g) A Feira da Reforma Agrária, tão desejada pelas famílias e pelos responsáveis pelo desenvolvimento rural do município, dificilmente terá viabilidade econômica, seja pela distância dos assentamentos até a sede do município, seja pela localização e pelo baixo número de consumidores propensos em comprar na feira. Entretanto, o espaço da feira é muito oportuno para a integração entre as famílias assentadas e a população urbana, rompendo preconceitos e outras divergências que possam haver entre estes públicos.

Também se pode dizer que o espaço da feira é uma “injeção” de estímulo e auto-estima para as famílias participantes, já que estas têm a oportunidade de expor o fruto do seu trabalho, e para isso não há mensuração possível de ser feita.

Logo, é importante enfatizar que em um projeto de desenvolvimento de assentamento é necessário que as famílias assentadas sejam instaladas em locais de fácil acesso aos canais de comercialização, pois, como no caso das famílias assentadas de Pedras Altas, estas foram colocadas em locais não povoados anteriormente.

Pode-se afirmar, ainda, que locais distantes dos centros urbanos e sem infraestrutura de transporte, de saúde e com o sistema de educação bastante precário não são apropriados para o satisfatório desenvolvimento da agricultura familiar.

Mas, mesmo mediante esta dificuldade, as famílias devem cumprir um papel fundamental no que diz respeito à suas vidas e de seus descendentes. E para superar isso só mediante o trabalho cooperado, onde elas possam produzir e comercializar seus produtos seguindo um planejamento coletivo, e assim, se manter nestes locais tão carentes de qualquer tipo de infra-estrutura.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUMER, A. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura familiar. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 89-111, 1994.

CHIES, J. J. **PRONAF e reprodução social dos agricultores familiares assentados na regional de Sarandi**. Monografia da Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar e Camponesa do Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Produção Vegetal, do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR. 2007.

COSTA, M. R. C. **Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo, RS**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas/RS. 2006.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. 287 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GRISA, C. **A produção “pro gasto” um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Agricultura Familiar/ Primeiros Resultados/ Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Censo agropecuário, Rio de Janeiro, p.1-267. 2006.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Nacional, 1978.

MALUF, R. S. **Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. São Paulo-SP, Polis Papers: Polis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, n. 5, 42 p., 1999.

MARTINE, G. A. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: IPEA. (Texto para Discussão, 329). 1994.

Programa de Recuperação de Assentamentos do município de Pedras Altas. Pedras Altas/RS. 2010.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

SCHNEIDER, S. et al. Caracterização sócio-econômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 39, n. 3, p. 117-142. 2001.

SILVA, J. G. Urbanização e pobreza no campo. In: RAMOS, P. & REYDON, B.P. (org.). **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: ABRA. 1995.

SILVESTRE, I. H. A.; CLIXTO, J. S.; RIBEIRO, E. M. Mercados locais e políticas públicas para a agricultura familiar: um estudo de caso no município de Minas Novas, MG. XLIII CONGRESSO DA SOBER “**Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial**”. Ribeirão Preto. 2005.

RIBEIRO, E. M., ANGULO, J. L. G., NORONHA, A. B., CASTRO, B. S., GALIZONI, F. M., CALIXTO, J. S., SILVESTRE, L. H. A feira e o trabalho rural no alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. Montes Claros: **Unimontes Científica**, v. 5, n. 1. 2003.